

ATA DE REUNIÃO COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

Data e horário: 12 de fev. de 2026 09:00 BRT

Local: Presencial (Salão Nobre)

Online: meet.google.com/tac-etza-mkr



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

PARTICIPANTES			
Portarias TRT4 nº 142/2026 e 145/2026			
NOME DO(A) INTEGRANTE OU CONVIDADO(A)	DESIGNAÇÃO	PRESEÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Des. GILBERTO SOUZA DOS SANTOS	Indicado pela Presidência (Coordenador)	☒	☐
Juiz RAFAEL DA SILVA MARQUES	Titular de Vara do Trabalho indicado pela Presidência (Vice-Coordenador)	☒	☐
Juíza Substituta CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA	Indicada pela Presidência	☒	☐
Juíza LUCIANA CARINGI XAVIER	Auxiliar da Presidência	☐	☒
Juíza CAROLINA QUADRADO ILHA	Auxiliar da Corregedoria	☐	☒
Juíza MARIANA PICCOLI LERINA	Coordenadora do Núcleo de Cooperação Judiciária	☒	☐
Servidora ENILDA SOUZA DE ANDRADE	Secretária-Geral da Presidência	☒	☐
Servidor EVERTON LUIZ KIRCHER DE MORAES	Representante da Presidência	☒	☐
Servidor RAFAEL COLOMBO HARTMANN	Representante da Presidência	☒	☐
Servidor ADOLFO MARQUES PEREIRA	Representante da Corregedoria Regional	☐	☐
Servidor JULIANO MACHADO DOS SANTOS	Representante da Secretaria de Comunicação Social	☐	☒
Servidor MARCELO DELLA PACE	Representante da Secretaria de	☒	☐



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

DORNELLES	Segurança Institucional		
Juiz MÁRCIO LIMA DO AMARAL	Representante do Programa Trabalho Seguro	☒	☐
Juíza MARCELA CASANOVA VIANA ARENA	Representante do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem	☒	☐
Juíza ELIANE COVOLO MELGAREJO	Representante do Programa de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade indicado pela Presidência	☐	☒
Juiz CHARLES LOPES KUHN	Representante do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante	☒	☐
Servidora ROBERTA LIANA VIEIRA	Assessora-Chefe da Asprodec	☒	☐
Servidora ANITA CRISTINA DE JESUS	Unidade de Apoio Executivo (Convidada)	☒	☐
Servidora LAÍS CRISTINA GROSS GERHARDT	Unidade de Apoio Executivo (Convidada)	☒	☐
Servidor MÁRIO GARRASTAZU MÉDICI	Assessor Des. Gilberto Souza dos Santos	☒	☐
Servidora PRISCILA NUNES PATEL	Unidade de Apoio Executivo (Convidada)	☒	☐

Unidade de apoio executivo: ASPRODEC

Secretária: Anita Cristina de Jesus,

Assessora de Promoção do Trabalho Decente.

Ausências: Juíza Eliane Covolo Melgarejo (pauta de audiências), Juíza Luciana Caringi Xavier (férias), Juíza Carolina Quadrado Ilha (ausência de envio do convite para o seu e-mail).



PAUTA

Assunto 1: Apresentação das atribuições da Comissão e da Unidade de Apoio Executivo - Assessoria de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos;

Assunto 2: Relato da participação do TRT4 na Ação de Itinerância Ação de Itinerância “Cidadania aqui com você”, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO);

Assunto 3: Elaboração do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital;

Prazos importantes:

- 30 de junho: encaminhamento de propostas pelas unidades jurisdicionais e CEJUSCs à Comissão Regional de Itinerância e Inclusão Digital;
- 31 de agosto: análise e consolidação dos planos regionais pelas Comissões Regionais e envio à Corregedoria Regional;
- 30 de setembro: aprovação e divulgação dos planos regionais pela Corregedoria Regional e envio à Comissão Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital;
- 31 de outubro: consolidação das informações pela Comissão Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital;
- 30 de novembro: publicação do Cronograma Nacional de Itinerância pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no seu portal e nas redes oficiais da Justiça do Trabalho.

Assunto 4, Assuntos Gerais e outros informes.



DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

Foram realizadas as seguintes deliberações:

Assunto 1:

Roberta apresentou as atribuições da Comissão e da Unidade de Apoio Executivo (UAE) aos(às) integrantes.

Assunto 2:

Roberta, Anita e Rafael apresentaram o relato de participação na Ação de Itinerância Ação de Itinerância “Cidadania aqui com você”, realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO).

Juiz Rafael Marques levantou a possibilidade de utilizar a itinerância também como forma de aproximação dos magistrados(as) do TRT4 com realidades não urbanas, como a região da Serra Gaúcha que produz frutas e verduras para as demais regiões do estado.

Presidente Desembargador Alexandre afirmou que a realização de audiências, pelo processo judicial, é uma das formas de atuação da Justiça do Trabalho na itinerância, mas que a mediação individual pré-processual, por não ter a mesma formalidade, também deve ser considerada como forma de atendimento e pode ser mais interessante, dependendo da localidade escolhida.

Roberta e Anita pontuaram que a atuação dos militares foi bastante útil em tarefas de organização de kits e confecção de fichas de atendimento, em



razão da quantidade escassa de servidores(as) na equipe, mas que a recepção e entrega de fichas feitas por eles pode causar intimidação no público a ser atendido.

Juíza Carolina Paiva salientou a importância da inclusão linguística para atender migrantes não falantes da língua portuguesa.

Priscila apontou a necessidade de atenção à capacidade hoteleira da região escolhida para receber a equipe da itinerância, e de se pensar em alternativas de distribuição das fichas de atendimento para tentar evitar a formação de filas durante a madrugada.

Juiz Rafael sugeriu a escolha de servidores(as) e magistrados(as) locais na composição das equipes das edições da itinerância para contornar eventual incapacidade hoteleira na região escolhida. Sugeriu também que sejam utilizados núcleos linguísticos regionais das universidades para auxiliar na questão da inclusão suscitada pela Juíza Carolina, e que cada magistrado(a) destacado para participar das itinerâncias leve os(as) respectivos(as) assessores(as) para auxiliar, contribuindo com a agilidade do trabalho.

Juiz Charles comentou que houve dificuldade na emissão de documentos de migrantes na itinerância realizada em Vacaria, porque a Polícia Federal entendia que não deveriam ser emitidos já que pedem visto de residência para trabalhar na safra e não tem previsão de trabalho em safra. Destacou também a necessidade de atenção voltada a indígenas e quilombolas que não têm acesso ao judiciário.

Roberta falou sobre a importância da identificação de demandas que não são necessariamente da competência da Justiça do Trabalho, de pensar o trabalho a partir do que acontece naquela sociedade local (ex: mulheres



que trabalham com coco babaçu) mas que são possíveis de serem resolvidas e de deixar contribuições formativas/educativas concretas como legado da itinerância (ex: cursos do SENAC, curso de barista).

Juíza Mariana e Juiz Rafael falaram sobre a aproximação com a Igreja Católica e outras religiões durante a organização da itinerância como ponto de contato com a sociedade local.

Anita retomou os prazos mais importantes a serem observados: levantamento de dados técnicos e socioeconômicos para definição de locais para realização da itinerância, com prévio envio de consulta às unidades jurisdicionais e aos Cejuscs contextualizando sobre a política e pedindo sugestão de localidades até 30/06, com deslocamento físico até os possíveis locais para confirmação das eventuais necessidades e a entrega do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital (PAIID) até dia 31/08 (sugeriu a elaboração de dois planos para contemplar ações de grande e de pequeno porte).

Juíza Mariana sugeriu que nesse levantamento seja verificado o grau de inclusão digital dos locais. Comentou também a possibilidade de acionar a rede com outras instituições em grau de administração que tratam do tema da violência contra a mulher, que tem como ponto focal a Juíza Lúcia, para levar para a itinerância órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública.

Assunto 3: Próximos passos para elaboração do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital (PAIID):

- a) Formação de equipe de servidores(as) responsável pela apresentação de uma minuta do Plano à Comissão: Anita, Everton, Laís, Rafael e Roberta;



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

- b) Identificação de potenciais localidades para realização da ação de itinerância, considerando:
- municípios sem sede de Vara do Trabalho;
 - localidades de difícil acesso;
 - comunidades com maior vulnerabilidade socioeconômica;
 - áreas com significativa população tradicional, indígena ou quilombola;
 - áreas com alta incidência de trabalho infantil, escravo ou acidentes de trabalho;
 - regiões de fronteira;
 - locais com histórico de violações trabalhistas graves;
 - regiões com baixo índice de ajuizamento de reclamação trabalhista e alta demanda reprimida;
- c) Encaminhamento de consulta da Comissão Regional de Itinerância às unidades jurisdicionais e CEJUSC's para envio de sugestões de localidades;
- d) Consolidação das sugestões das unidades jurisdicionais e CEJUSC's, bem como a análise dos locais prioritários. Esta etapa pode contemplar visitas técnicas para aprofundar os conhecimentos da realidade local e auxiliar a elaboração do Plano;
- e) Elaboração de minuta do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital (PAIID) (prazo: 30/06, conforme consta na Resolução CSJT nº 428/2025);

	Etapa	Prazo
1	Formação da equipe técnica responsável pela sistematização das informações e elaboração da minuta do PAIID;	13/02
2	Levantamento de dados técnicos e socioeconômicos para definição de locais para realização da itinerância pela equipe técnica e apresentação na próxima reunião da Comissão;	06/04
3	Envio de consulta às unidades jurisdicionais e CEJUSCs	Envio



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

	contextualizando sobre a política e solicitando a apresentação de propostas de localidades e ações de itinerância;	até 30/04
4	Recebimento das propostas das unidades jurisdicionais e Cejusc's;	30/06
5	Análise técnica das propostas recebidas e dos locais prioritários (levantamento de dados técnicos e socioeconômicos). Esta etapa pode contemplar visitas para aprofundar os conhecimentos da realidade local e auxiliar a elaboração do Plano;	31/07
6	Consolidação da versão final do Plano Regional de Itinerância e Inclusão Digital e envio à Corregedoria Regional.	31/08
7	Aprovação e divulgação do Plano Regional pela Corregedoria Regional e envio à Comissão Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital;	30/09
8	Consolidação das informações pela Comissão Nacional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital;	31/10
9	Publicação do Cronograma Nacional de Itinerância pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no seu portal e nas redes oficiais da Justiça do Trabalho	30/11

Registra-se que o prazo de 30/06 refere-se exclusivamente ao encaminhamento de propostas pelas unidades jurisdicionais e CEJUSCs, nos termos do art. 14, I, da Resolução CSJT nº 428/2025, cabendo à Comissão a consolidação e elaboração final do Plano até 31/08, com envio à Corregedoria Regional. A Corregedoria terá até 30/09 para aprovar, divulgar o Plano Regional e enviar à Comissão Nacional.

Juiz Márcio pontuou a necessidade de reflexão sobre o tamanho do evento, se serão feitos eventos maiores e em menor quantidade, ou menores para atender mais regiões. Registrou também a importância de ter um(a) servidor(a) da área de tecnologia da informação integrando a comissão de itinerância para ajudar na inclusão digital.

Juiz Charles falou sobre a importância de trabalhar na interlocução com outros órgãos (Prefeituras, Defensoria, Ministério Público e organizações da sociedade civil) para ajudar a identificar regiões a serem atingidas pela ação da itinerância.

Juiz Rafael sugeriu a realização de micro ações nas regiões, como separar processos em que as partes são imigrantes e realizar na própria sede da



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO REGIONAL DE JUSTIÇA ITINERANTE E INCLUSÃO DIGITAL

Justiça do Trabalho a organização de sessões de audiência com a presença de um tradutor para facilitar a inclusão, bem como a realização de ações em parceria com os sindicatos das regiões.

Roberta sugeriu a realização de ações/itinerâncias temáticas, de menor porte.

Assunto 4: Não houve outros assuntos a serem deliberados.

Coordenador da Comissão, Desembargador Gilberto, agradece pelas contribuições e encerra a reunião.

Encaminhamentos:

- Realização de levantamento de dados técnicos e socioeconômicos para definição de locais para realização da itinerância, com prévio envio de consulta às unidades jurisdicionais e aos Cejuscs contextualizando sobre a política e pedindo sugestão de localidades até 30/06, com deslocamento físico até os possíveis locais para confirmação das eventuais necessidades: Anita, Everton, Laís, Rafael e Roberta (até 30/06)
- Elaboração e entrega do Plano Anual de Itinerância e Inclusão Digital (PAIID) até dia 31/08.

A reunião foi encerrada às 10h30min. A próxima reunião foi agendada para o dia 06/04/2026, às 14h.

Ata validada pelos(as) participantes via e-mail.